

Governmentalidade algorítmica e mitologia dos dados¹

Paulo Faltay²

1. Apresentação

Radares para gestão do trânsito, câmeras de circuito interno nos cantos das paredes, o simpático alerta acompanhado de um rosto sorridente “*Sorria, você está sendo filmado*”, um painel reunindo as imagens destas câmeras destinado ao olhar de guardas, funcionários de lojas ou trabalhadores de portaria. Cenários e elementos de regimes de monitoramento que progressivamente se naturalizaram e se tornaram banais no cotidiano, ao mesmo tempo que, com o crescente aumento da fauna tecnológica em todos os espaços e aspectos da vida, se mostram insuficientes para abarcar as investigações de como a vigilância contemporânea modula formas de olhar, subjetivações e socializações.

A propagação destas tecnologias se soma a uma ecologia do olhar vigilante ainda mais complexo, espreado e vestigial efetivado pela criação e captura de rastros digitais das ações ou da presença, seja por imagens ou atos no espaço físico e/ou nas redes de comunicação. O monitoramento de e por rastros digitais é parte das promessas da computação ubíqua, que em sua mais recente fase conhecida como Internet das Coisas, se apresenta como ambiente em que microprocessadores e chips de trocas de informações vão se tornando cada vez menores, mais baratos, com eficácia expandida e encravados em objetos ordinários como bilhetes de transporte público, coleiras de animais de estimação e artigos esportivos.

Estes aparelhos deslocam temas como acesso e processamento de dados pessoais, conectividade e privacidade digital para uma gramática cotidiana, participando da regulação do nosso trabalho, lazer, identidades, interesses culturais, desejos e visões políticas. Produzem imagens operacionais não necessariamente direcionadas à visão humana e que, muitas vezes, dispensam a visualidade em uma vigilância heterogênea, que envolve a agência e delegação de sentido a humanos e não-humanos, instituições estatais e/ou corporativas em uma *assemblage* da vigilância (HEGGERTY E ERICSON, 2007-2010) ou vigilância distribuída (BRUNO, 2013).

¹ Artigo apresentado ao Eixo Temático 14 – Privacidade / Vigilância / Controle do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

² Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ).

Definida por códigos (LYON, 2007), a paisagem tecnológica contemporânea não somente aumenta o poder de captura em micromonitoramentos automatizados e permanentes, mas também o armazenamento e o processamento de volume exponencial de dados (MAYER-SCHOENBERGER E CUKIER 2013, p.101), fenômeno conhecido pelo termo *Big Data*. Espaços urbanos são constituídos cada vez mais por ambientes inteligentes (*ambient intelligence*), que são mais performativos e anunciam maiores capacidades de responder ao estímulo de usuárias e usuários de aparelhos tecnológicos e aos objetos em seu entorno (THRIFT, 2005).

Esta nova ordem de grandeza das tecnologias digitais engendra uma nova modalidade de vigilância: a dos dados, ou *dataveillance*. Definida por Clarke (1998) como o “uso sistemático de sistemas de dados pessoais para investigar e monitorar as ações ou comunicações de uma ou mais pessoas”³ (Idem, p. 500), a vigilância de dados é promovida através de utopia de eficiência e comodidade permitida pelos regimes de saber que estes dados promoveriam (BOYD E CRAWFORD, 2011). Se nas sociedades modernas, a eficácia da vigilância não estava assentada apenas em estruturas disciplinares e punitivas, mas também em ferramentas positivas de governo voltadas para a promoção de saúde, bem estar, segurança, educação e organização da vida de pessoas (FOUCAULT, 1987; 2000; 2008), as sociedades contemporâneas de controle (DELEUZE, 1992) hipotecam grande parte de suas esperanças no processo de *datafication*: a transformação de toda e qualquer ação em dados quantitativos através de rastreamento em tempo presente e posterior análise em modelos preditivos (MAYER-SCHOENBERGER E CUKIER, 2013).

A crença disseminada no governo de algoritmos, ou governamentalidade algorítmica, (ZIEWITZ, 2015) aliada à expectativa de que conhecimentos objetivos advindos do rastreamento de todas as ações por meio de tecnologias digitais são as ferramentas de composição de um futuro melhor, reposiciona o paradigma temporal da vigilância digital. Segundo Thrift e French (2002), os mecanismos digitais “expressam a co-presença de diferentes tempos, o tempo da sua produção e, subsequente, a predição de momentos futuros”⁴ (IDEM, p. 311).

A preocupação da vigilância digital diz menos respeito a um paradigma da evidência – ainda que coexista extensivamente –, ou seja, apontar responsáveis por uma determinada ação já ocorrida, e mais a um paradigma do cálculo: o anseio em modular comportamentos, desejos e condutas. E como cálculo, a ação, não é percebida, mas antes criada através da gramática do código (GALLOWAY, 2004).

³ Livre tradução para: “[...] the systematic use of personal data systems in the investigation or monitoring of the actions or communications of one or more persons”.

⁴ Livre tradução para: “[...] it expresses the co-presence of different times, the time of its production and its subsequent dictation of future moments”.

Assim, para entendermos as ações mediadas por tecnologias digitais é imperativo atentarmos para como os programas (FLUSSER, 2008) destes aparatos atuam para influenciar, constranger ou facilitar a ação dos diversos atores envolvidos em determinado fenômeno. Este programa não apenas lê, descobre e captura o que age, mas participa da produção do que monitora. Conforme Candrall (2010), assim como a ação, “o movimento é efetuado pela forma como ele se torna calculável. Rastreamento emerge através, e se perpetua, dessa mobilização calculada”⁵. Os dados e rastros digitais, mais do que fantasmagorias do passado, se apresentam como espectros de passagem das instruções dos programas, em suas potencialidades e virtualidades, para a dimensão sensível da ação conduzida pelos agentes.

Arriscamos, assim, apontar três ilusões perpetradas pelas ferramentas de poder no rastreamento digital: a imaterialidade da comunicação digital, o acesso a informações objetivas através do *dataming* e a transparência dos objetos, enquanto meios neutros pelos quais a ação é percorrida. Ao explorar essas chaves de investigação obscurecidas – a materialidade dos meios digitais, os programas de codificação e decodificação da realidade e os agenciamentos sociotécnicos produzidos por e através do monitoramento dos rastros – tentaremos lançar luz ao crescente fenômeno da vigilância contemporânea. Se, ao entendê-las como quimeras, reforçamos as contradições da efetividade total de suas promessas, o perigo político deste projeto não é menor (BRUNO, 2012). Ainda, perguntamos: quais as possibilidades da realização de subjetivações, de um indivíduo se constituir enquanto sujeito autônomo frente às conformações e sujeições (ANTOUN, 2015; 2016) de um poder vigilante?

2. Mitologias dos dados

A introdução de poder computacional a objetos rotineiros, a proliferação e a criação de protocolos de comunicação entre eles, vão configurando materialmente uma vigilância permanente à performatividade de humanos, objetos e do ambiente. Segundo Thrift e Frech (2002, p. 325), o software consiste em regras de conduta capazes de serem aplicadas em determinada situação. Mas essas regras de conduta atuam a distancia, de modo que os códigos envolvidos parecem ter pouco a ver com a sua atuação em determinado evento.

Conforme Ziewtiz (2015), as tecnologias digitais adquirem características míticas: se por um lado são descritos como poderosas entidades que participam e regulam cada vez mais aspectos das nossas vidas, por outro, sua alegada obscuridade e impenetrabilidade torna difícil o seu

⁵ Livre tradução para: “The movement is achieved by way of its becoming calculable. Tracking emerges from, and perpetuates, this calculative mobilization”.

escrutínio. É apostando na falta de clareza que os regimes de controle operam não só na disciplina dos indivíduos, mas também na modulação de comportamentos e na ideia de um porvir já inscrito nos códigos.

Destrinharemos, então, as três características sob as quais se ancora o monitoramento digital. São mitos que se não forem problematizados, podem confirmar a distopia de um futuro hipervigilado e condutas governadas: a onipresença, a onisciência e a onipotência da vigilância de dados. A onipresença se refere ao mito da imaterialidade da comunicação digital; já a onisciência se apresenta enquanto o suposto conhecimento objetivo das ações realizadas e do porvir; por fim, a onipotência é o cenário de um futuro colonizado por códigos. Três categorias provisórias, elas se interseccionam e tem como ligação a análise de como os rastros e dados digitais performatizam e são performatizados.

2.1 Onipresença

Em todo lugar e em lugar algum. Enquanto o monitoramento se torna ubíquo e multifacetado, seu funcionamento através de códigos, algoritmos e software se torna cada vez mais obscurecido e enigmático. Essa visão da abstração dos dados digitais e sua intangibilidade, que paulatinamente vai se tornando naturalizada, os transformam ao mesmo tempo em algo etéreo e tomado como a essência da comunicação e da tecnologia digital.

Entretanto, se clama por obviedade que toda comunicação para ser realizada necessita de um suporte material (FELINTO, 2001), a própria troca de dados digitais, realizados através da transmissão de conjuntos de bits, demonstra que estes arquivos nada mais são que a transmissão da mudança de estado material de um sinal elétrico, as variações de sua carga (representados por 0 ou 1). Nesta dimensão material também se encontra a cadeia de produção e as ferramentas e práticas que permitem o acesso, a produção e o processamento dos dados (NOVEMBER; CAMACHO-HÜBNER; LATOUR, 2010). Dependentes de decisões políticas e sociais, a cadeia de produção envolvida na confecção de dispositivos de rastreamento e que permitem seu funcionamento engloba desde satélites, cobertura e acesso à rede de dados, sensores, radares, pessoas, energia, códigos e instituições de padronizações, etc, tornando sua exposição uma das táticas de crítica à vigilância pervasiva.

A proliferação e interconexão de dispositivos digitais e a construção exponencial de lugares para armazenamento de dados deixa pouca margem para dúvidas quanto à materialidade da cadeia de vigilância. Mais do que produtores de virtualidades, estes dispositivos as atualizam em formas sensíveis de apreensão. Conforme Flusser (2007), se antigamente percebíamos a criação como uma configuração da aparência da matéria concreta em projetos visíveis de modelos conceituais, nos

questionamos se atualmente é realizado procedimento inverso, ou seja, se preenchamos “com matéria uma torrente de formas que brotam a partir de uma perspectiva teórica e de nossos equipamentos técnicos, com finalidade de ‘materializar’ essas formas” (IDEM, p. 31)

Entendemos, assim, o dado digital não sendo de saída o produto nem produtor da vigilância, mas a inscrição material em um suporte. Não diz respeito a algo já dado, uma identidade ontológica, mas a um corpo performativo, sendo o vestígio sensível da ação, seja de virtualidades previstas nos códigos, seja das intencionalidades humanas, transformando em visível e material o que antes era apenas virtual. Podendo, assim, ser recuperado ou ativado para a produção de sentido.

2.2 Onisciência

Governos, estrategistas de marketing e toda sorte de tecnoentusiastas buscam fazer crer, ou tentam confiar, que a transformação de cada ato performedo por humanos ou não-humanos em dados quantificáveis possibilitará conhecimentos e saberes absolutos e objetivos sobre os fenômenos sociais e naturais. Entretanto, uma arguta provocação de Lisa Gitelman (2013) desconstrói essa premissa: a ideia *raw data*, ou dado bruto, é uma redundância em termos, já que dados não são fatos, mas fontes de informações possíveis de serem interpretadas de acordo com métodos a serem empregados para sua criação e captura.

É operada uma automatização do processo de dados, como se eles fossem essencialmente objetivos, relacionados a uma informação que já apresenta seu contexto. Entretanto, ao não abrir o entendimento de como o processo de toda ação se transforma em dados, como são programados, codificados, processados e visualizados, pouco margem sobra para o combate material desta ilusão de saber absoluto.

Acreditamos, assim, que um dado ou um rastro digital não existe por si mesmo, mas é fundamentalmente programável (REIGELUTH, 2014), devendo a atenção na sua investigação também focar na camada discursiva moldada por estruturas tecnológicas e materiais, a fim de desvelar ou embaralhar as intenções cognitivas, políticas e econômicas de seus criadores.

2.3 Onipotência

Akrich (1992) apresenta o conceito de *script*, inscrições contidas nos programas dos aparelhos, para descreve o quão concreto pode ser as antecipações e restrições virtuais de protocolos de comunicação. Segundo a autora (IDEM, p. 208), programadores definem para outros atores visões de mundo a presumir que a moralidade, a tecnologia e política vão evoluir de uma maneira específica. O trabalho deles seria inscrever estas visões nos objetos com fins de predeterminar as configurações que possíveis futuros usuários só poderiam fabular.

Já Thrift (2009) afirma que dificilmente observarmos práticas automáticas que simplesmente se reproduzem sem deformações. Apesar de relativa estabilidade, elas se fundamentam através de conjunto de métodos e práticas basilares que, no entanto, no curso de sua ação, frequentemente falham ou, ao menos, necessitam de constantes ajustes para manter seus desempenhos. São operadas, assim, improvisações e desvios de rotas que podem fundamentar novas performances e técnicas.

Podemos inferir, assim, que a ação é perpetuada através de coletivos sociotécnicos, formados por agentes humanos e não-humanos. Ou seja, atentar para o governo dos algoritmos não é imaginar que pessoas e grupos vão responder passivamente a uma equação matemática de controle, mas que os dispositivos e códigos de vigilância produzem efeitos e transformações específicas na conduta dos movimentos e ações dos indivíduos, objetos, outros seres vivos e no ambiente. Estes, por sua vez, também respondem aos estímulos da vigilância, seja permitindo, seja constringendo ou ressignificando suas finalidades.

Aqui, nos aproximamos de um duplo movimento. Se, por um lado, os coletivos sociotécnicos permitem a constituição de mecanismos de controle algorítmico, uma governamentalidade caracterizada por “um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis” (ROUVROY e BERNS, 2015, p.42). Por outro, também é através deles que podemos vislumbrar as agências envolvidas em determinado dispositivo não apenas como produtos passivos. Agências que podem lançar dobras, problematizar, traduzir e ajudar os indivíduos a desenvolver técnicas e cuidados de si nos processos de vigilância e participação, controle e transparência, bem como interatividade e monitoramento.

3. Governamentalidade, individuação e técnicas de si

Para Foucault (2012) o dispositivo é um conjunto performativo estabelecido entre elementos heterogêneos que engloba discursos, instituições, leis e normas, proposições científicas e morais, ou seja, o dito e não dito, sendo o dispositivo a rede que se estabelece entre estes elementos. É uma “função estratégica dominante” (IDEM, p. 364), uma formatação que em momento histórico e geográfico específico tem como atuação primordial responder a uma determinada urgência. Deleuze (1987) defende as múltiplas entradas e dimensões que formam o dispositivo e aponta as relações que se estabelecem e se misturam como produtoras de sentidos (IDEM, p.167),

expandindo o conceito para além das estruturas de poder, em uma abertura para fissuras em seus diagramas, gerando possibilidades de incertezas e ruídos.

O autor (1996) concebe o dispositivo enquanto um conjunto multilinear, composto de linhas de distintas naturezas, as quais o percorrem em todos os sentidos, delineando processos sempre em devir, em permanente desequilíbrio. Deleuze ressalta que Foucault mapeia um dispositivo a partir de três grandes extensões: o saber, o poder e a subjetividade. A primeira refere-se como o dispositivo opera regimes de visibilidade e ocultações. Já as linhas de poder dão conta das relações entre as entidades contidas no dispositivo, de como se articulam e se associam, elaborando políticas intrínsecas. As linhas de subjetivação, por fim, consistem na resistência à ação de tais forças, no ato de recurvá-las, constituindo uma dimensão que escapa tanto aos saberes, quanto aos poderes estabelecidos, ainda que não esteja a salvo de, a qualquer momento, ser por eles recapturada: a faculdade de domínio de si próprio e a condição existencial do sujeito. Nessa perspectiva, a subjetivação aparece como uma linha de fuga, que transpõe o limiar de um dispositivo, que lhe abre uma fissura.

Se para Foucault (1999), no século XIX, a humanidade adquire a dupla característica de ser sujeito e objeto do saber, a governamentalidade algorítmica apresenta novas possibilidades de associação, correlação e escrutínio de uma quantidade massiva de dados, expandindo-se das estatísticas normativas tradicionais do estabelecimento de médias. Na lógica da correlação, com a captura dos dados, os algoritmos estabelecem padrões, (KITCHIN, 2014) sem, entretanto, enquadrá-los em uma norma definida a priori. A comunicação *M2M* (*machine to machine*, ou máquina a máquina), em que a interação e os protocolos de processamento e análises de informações independe do fator humano, nos deslocando enquanto sujeitos e objetos de saber de outros agente, contribui para a sinalização do suposto caráter objetivo e apolítico do governo de algoritmos.

Entretanto, nem o dado em si, nem os códigos responsáveis por sua captura são atores sem vieses, mas possuem valores e visões de mundo das instituições e, em último caso, dos programadores que os escrevem. Com efeito, a criação de perfis infra e interindividuais de padrões (seja por desejos, simpatias políticas, nacionalidades, afeição por times de futebol, cantoras pop, etc) se legitima na comodidade de conteúdos supostamente mais relevantes ou de maior agrado a um indivíduo, em aspecto de individualização ou personalização do consumo de informações e produtos. Conforme já citado, Foucault (1987), nos alerta que as ferramentas de poder operam menos pela submissão disciplinar e punitiva e mais pela oferta sedutora das possibilidades de desejo, conforto ou segurança. Já Deleuze (1992) percebe que o controle e a vigilância assumem novas formas, passando a se caracterizar por uma dinâmica

difusa, disfarçada e operando de maneira descentralizada e em rede, se espalhando para todas as instâncias. Aqui, o governo dos algoritmos acaba por desenvolver uma neoplasia do âmbito privado com consequente estrangulamento do debate, da esfera pública e do comum. Segundo Antoun (2016):

Esse uso intenso de agentes e variáveis faz com que cada vez mais o utilizador "goste" do que aparece, compartilhando o que lê em larga medida. Isto porque a comunidade com que de fato interage o usuário tornou-se uma pequena aldeia de iguais, falando e promovendo as mesmas ideias e eventos. (PARISER, 2011) Em contrapartida cresce a irritação e a intolerância nos utilizadores da rede social para com o que é contrário ou contraditório às suas expectativas, gerando um estreitamento.

Interessante observar que se na cultura de massa ainda se apresentavam elementos que balizavam uma crítica marxista a partir do conceito de ideologia, as tecnologias da computação ubíqua parece reposicionar os debates acerca da biopolítica fundamentalmente para modelos de visões de mundo e cognitivos (LAZZARATO; NEGRI, 2001), em uma alienação do sujeito em relação ao mundo baseada na modulação, influencia e antecipação das ações e desejos. Foucault (2006, p. 306), na aula de 17 de fevereiro de 1982, discorre sobre a dificuldade de constituição autônoma dos sujeitos e na quase completa ausência de significação:

[...] parece-me não haver muito do que nos orgulharmos nos esforços que hoje fazemos para reconstituir uma ética do eu. E é possível que nesses tantos empenhos para reconstituir uma ética do eu, nessa série de esforços mais ou menos estanques, fixados em si mesmos, nesse movimento que hoje nos leva, ao mesmo tempo, a nos referir incessantemente a essa ética do eu sem contudo jamais fornecer-lhe qualquer conteúdo, é possível suspeitar que haja uma certa impossibilidade de constituir hoje uma ética do eu, quando talvez seja essa uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo.

Essa forma de hipersegmentação, conforme Rouvroy e Berns (2015, p.44), se relaciona muito mais às ofertas comerciais e aos fluxos de capitais do que desejos e aspirações próprias de cada indivíduo. São processos de subjetivação que não mais trabalham sobre os indivíduos, sobre os sujeitos, mas sobre as relações, o que, desavisadamente poderia ser confundido com o que Simondon conceituou como “processos de individuação transindividual – que não se resume nem ao “eu”, nem ao “nós”, mas designa um processo de coindividuação do “eu” e do “nós”, produzindo o social, isto é, meios associados onde se formam significações” (Idem, p.49). Entretanto, dados que por si só não significam nada, tratados estatisticamente e negligenciadas todas as variáveis espaciais, temporais e linguísticas

em direção a uma regulação supostamente objetiva, iria, ao contrario, impossibilitar todas as condições de individuações transindividuais, “[...] poupando toda forma de “desvio” ou de “suspensão reflexiva” subjetiva entre os “estímulos” e suas “respostas- reflexo” (IBIDEM, p.44).

A constituição algorítmica de perfis e a vigilância de dados, por sua vez, parecem se relacionar mais com o que Simondon (2007, p.32) designou justamente como uma “idolatria da máquina” com fins a “aspiração tecnocrata ao poder incondicional”, cujo “desejo de potência consagra a máquina como meio de supremacia, e faz dela o encantamento moderno”. Parte das pessoas ao querer subjugar seus pares recorre à tecnologia e delega a ela elementos da sua humanidade, de modo que a máquina “representa de modo bem evidente e inevitável um ser puramente mítico e imaginário”.

Ao retomarmos Foucault (2004), podemos encontrar pistas do que poderia constituir relação de si para consigo nas quatro tecnologias que elenca como aquelas que os humanos operam para entender a si próprios:

(1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade (p 323-4).

Ora, ao compreendermos as tecnologias de si enquanto a constante prática de operações em direção a certa realização plena da vida cotejamos uma ética de si que passa menos por um escrutínio moral ou uma busca por reforço, em variações e mudanças superficiais de uma identidade individualista, e mais por um procedimento de descobertas de estratégias e ferramentas de transformação para alcançar determinado feito. Deleuze (1988) ao ler Simondon aponta que a individuação presume um estado metaestável em que uma “disparação” de realidades heterogêneas, ordens diferentes nas quais os potenciais se distribuem e se atualizam na resolução de determinado objetivo. Segundo ele:

Esse estado pré-individual não carece, todavia, de singularidades: os pontos relevantes ou singulares são definidos pela existência e pela repartição dos potenciais. Aparece, assim, um campo “problemático” objetivo, determinado pela distância entre ordens heterogêneas. A individuação surge como o ato de solução de um tal problema ou, o que dá no mesmo, como a atualização do potencial e o estabelecimento de comunicação entre os díspares (IDEM, p. 232).

A partir de um estado metaestável, a individuação necessitaria de uma margem de indeterminação para ser atualizada. E nisso reside o perigo de tomarmos como fato as características míticas da vigilância de dados: tornar os desvios e as desobediências mais improváveis, evitar os riscos e os imprevistos. Em uma normatividade aparentemente democrática, cujos padrões de referências supostamente são produzidas pelos próprios indivíduos, sem imposição de critérios hierarquizantes anteriores, a dificuldade de um sujeito na governamentalidade algorítmica operar as ferramentas tecnológicas como práticas de si se dá pela opacidade dos códigos, pelo automatismo de funcionamento obscurecido à compreensão humana.

Porém, segundo Simondon (2007), o automatismo não é a característica de alta tecnicidade de um objeto técnico, ao contrário, é na sensibilidade a uma informação exterior, na abertura às indeterminações que reside a capacidade de realização de um determinado conjunto técnico. Conjunto de máquinas abertas que “supõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivo das máquinas, umas em relação às outras. Longe de ser um vigia de uma tropa de escravos, o homem é o organizador permanente de uma sociedade de objetos técnicos que precisam dele como os músicos necessitam do maestro da orquestra (IDEM, p.33)”⁶.

4. Considerações finais

Big Data e *dataveillance* são fenômenos sociotécnicos que tentam modular a maneira como governamos e somos governados. Ao entender o que proporciona a emergência deles e como são estruturados, abrindo suas caixas-pretas, retrazando as agências investidas neles, evitamos tanto uma abordagem tecnofóbica quanto tecnofílica. Assim, a investigação passa pelo escrutínio das características que as subjetivações algorítmicas assumem, seus vetores técnicos, estéticos e discursivos em diferentes programas, quais mediações e mudanças podem ser engendradas, quais poéticas e afetos podem permeá-los.

Os aspectos míticos e místicos investidos nestes fenômenos tentam reduzir as incertezas e indeterminações, as repartições possíveis das ações e da realização de subjetivações, uma utópica e inverificável ação sem acontecimento, com “promessa de

⁶ Livre tradução para: “[...] supone al hombre como organizador permanente, como intérprete viviente de máquinas, unas en relación con otras. Lejos de ser el vigilante de una tropa de esclavos, el hombre es el organizador permanente de una sociedad de objetos técnicos que tienen necesidad de él como los músicos tienen necesidad del director de orquesta”.

intervir proativamente sobre o que ainda não ocorreu” (BRUNO, 2012). Futuro hipotecado que pretende apagar a “parte de incerteza, de virtualidade, de potencialidade radical que faz dos seres humanos processos livres para se projetar, relatar-se, tornar-se sujeitos, individualizar-se, seguindo trajetórias relativamente e relacionalmente abertas” (ROUVROY E BERNIS, 2015). Nesse sentido, é importante a convocação que Simondon faz ao trabalho do artesão, baseado numa organização analítica, livre a novas possibilidades que:

[...] são a manifestação exterior de uma contingência interior. No afrontamento da coerência do trabalho técnico com a coerência do sistema de necessidades de utilização, é a coerência da utilização que vence porque o objeto técnico (construído) sob medida é de fato um objeto sem medida intrínseca; as suas normas vêm-lhe do exterior: não realizou ainda a sua coerência interna; não é um sistema do necessário; corresponde a um sistema aberto de exigências (IDEM, 2007, p. 46)⁷.

É um chamado, antes, a zona enigmática, dos conjuntos técnicos. Campo de possibilidades para o sequestro dos objetos técnicos de seu utilitarismo institucional, em individualizações cujas possibilidades de uso não previstos atendam a situações-problemas em processos de deliberações, intermediações e mediações voltados à abertura ao diálogo e ao alargamento das potencialidades múltiplas presentes na materialidade do mundo e dos objetos.

A constituição de sujeitos algorítmicos passa, então, a chamar por uma comunidade aberta. Um comum que, ao evitar identidades fixas, institucionalizadas e voltadas para a eficácia de normatizações, clama pelas indeterminações que a presença e a relação das pessoas consigo e com os outros em suas dissimetrias, pelo respeito e ênfase nas agências desviantes e regida por uma conduta ética e postura crítica em relação a si e ao Outro. Em suma, mais voltada às pluralidades, suas disparações, do que a particularidades autorreferentes.

Referências

AKRICH, M. The de-scription of technical objects, In: Bijker, W.E. and Law, J. (editors) **Shaping technology/ building society**. MIT Press, pp. 205 – 224, 1992.

⁷ Livre tradução para: “[...] esos posibles son la manifestación exterior de una contingencia interior. En el enfrentamiento entre la coherencia del trabajo técnico y la coherencia del sistema de necesidades de la utilización, la mejor parte se la lleva la coherencia de la utilización, porque el objeto técnico a medida es, de hecho, un objeto sin medida intrínseca; sus normas provienen del exterior: todavía no ha realizado su coherencia interna; no es un sistema de lo necesario; corresponde a un sistema abierto de exigencias”.

ANTOUN, Henrique. Biopolítica, Cibercultura e a Internet das Subjetivações. In: **XXIV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2015, Brasília. Compós 2015 - XXIV COMPÓS: BRASÍLIA/DF. Brasília: COMPÓS/UNB, 2015. v. 1. p. 1-13.

_____. Biopolítica e Cibercultura: o jogo do cuidado de si da guerra em rede às revoltas juvenis. In: **XXV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2016, Goiânia. Compós 2016 - XXV COMPÓS: GOIÂNIA/GO. Goiânia: COMPÓS/UFG, 2015.

BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate, Six Provocations for Big Data. **A Decade in Internet Time: Symposium on the Dynamics of the Internet and Society**, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1926431>. Acesso em: 22/09/2015

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre nº 36, agosto de 2008

_____. Contramanual para câmeras inteligentes: vigilância, tecnologia e percepção. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, p. 47-63, 2012.

_____. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 681-704, setembro/dezembro 2012.

_____. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p.

CANDRALL, Jordan. The Geospatialization of Calculative Operations: Tracking, Sensing and Megacities. **Theory, Culture & Society**: 68-90, novembro de 2010.

CLARKE, Roger. **Introducion to dataveillance and information privacy and definition of terms**. 2013. Disponível em: <http://www.rogerclarke.com/DV/Intro.html>. Acesso em: 18/08/2015.

DELEUZE, Giles. **Pos-Scriptum: Sobre as sociedades de controle**. Conversações, 1972–1990. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992

_____. **O que é o dispositivo?** in O Mistério de Ariana. Lisboa: Passagens, 1996

_____. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento e prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**, (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000

_____. Tecnologias de si. In: **Verve – Nu-Sol**, n.6, p.321-60, 2004.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. Coleção Tópicos. Tradução Márcio Fonseca. São Paulo: Martins Fontes. 2006

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roderto Machado. Rio de Janeiro: Graal. 25ª. ed. 432p. 2012

FELINTO, Erick . Materialidades da Comunicação: por um Novo Lugar da Matéria na Teoria da Comunicação. **Ciberlegenda** (UFF), Niterói, n.5, 2001.

FLUSSER, Vilém. **Ensaio sobre a Fotografia** – Para uma filosofia da técnica. Lisboa: Relógio D`Água Editores, 1998

_____. **O Universo das Imagens Técnicas**. Elogio da Superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008

_____. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

GALLOWAY, Alexander R. **Protocol**: How Control Exists After Decentralization. Cambridge, Mass: MIT Press, 2004.

GITELMAN, Lisa. **Raw data is an oxymoron**. Cambridge MA: MIT Press, 2013.

HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. The surveillant assemblage. In: **The surveillance studies reader**, ed. Sean P. Hier and Josh Greenberg, 104-116. Berkshire: Open University Press. 2000/2007.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho intelectual**: formas de vida e produção de subjetividade.1ª. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LINS, Consuelo; BRUNO, Fernanda. Práticas artísticas e estéticas da vigilância. In: Bruno , F.; Kanashiro , M.; Firmino, R. In: **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big Data**: A Revolution That Will Transform How We Live, Work and Think. London: John Murray, 2013.

THRIFT, Nigel. **Knowing Capitalism**. Londres: Sage, 1ª edição, 256p. 2005.

NOVEMBER, Valérie; CAMACHO-HÜBNER, Eduardo; LATOUR, Bruno. Entering a risky territory: space in the age of digital navigation. In: **Environment and Planning** , v. 28, 2010, p. 581-599.

REIGELUTH, Tyler. Why data is not enough: Digital traces as control of self and self-control. **Surveillance. & Society**, n.12, v.2, pp.243-354, 2014.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

THRIFT, Nigel. **Knowing Capitalism**. Londres: Sage, 1ª edição, 256p. 2005.

_____. Space. In: **Key Concepts in Geography**. CLIFFORD, Nicholas; HOLLOWAY, Sarah; VALENTINE, Gill (eds.). Londres: Sage. 2a edição, 480p, 2009.

THRIFT, Nigel; FRENCH, Shaun. **The Automatic Production of Space**. Transactions of the Institute of British Geographers, n.27, pp.309–335, 2002.

ZIEWITZ, Malte. Governing Algorithms: Myth, Mess, and Methods. **Science, Technology & Human Values**, Setembro de 2015. Disponível em: <<http://sth.sagepub.com/content/early/2015/09/30/0162243915608948.refs>>. Acesso em: 03/10/2015.